

## Alguns aspectos ideológicos do moderno sistema-mundo

GLAUBER LOPES XAVIER\*

### Resumo

Trata-se de uma breve reflexão sobre alguns aspectos ideológicos do moderno sistema-mundo a partir das contribuições do estruturalismo althusseriano, do pensamento de Immanuel Wallerstein e da história estrutural de Fernand Braudel. Encarrega-se, ainda, de abordar aspectos ideológicos das economias periféricas/semiperiféricas.

**Palavras-chave:** Ideologia; Sistema-Mundo; Aparelhos ideológicos.

### Some ideological aspects of the modern world-system

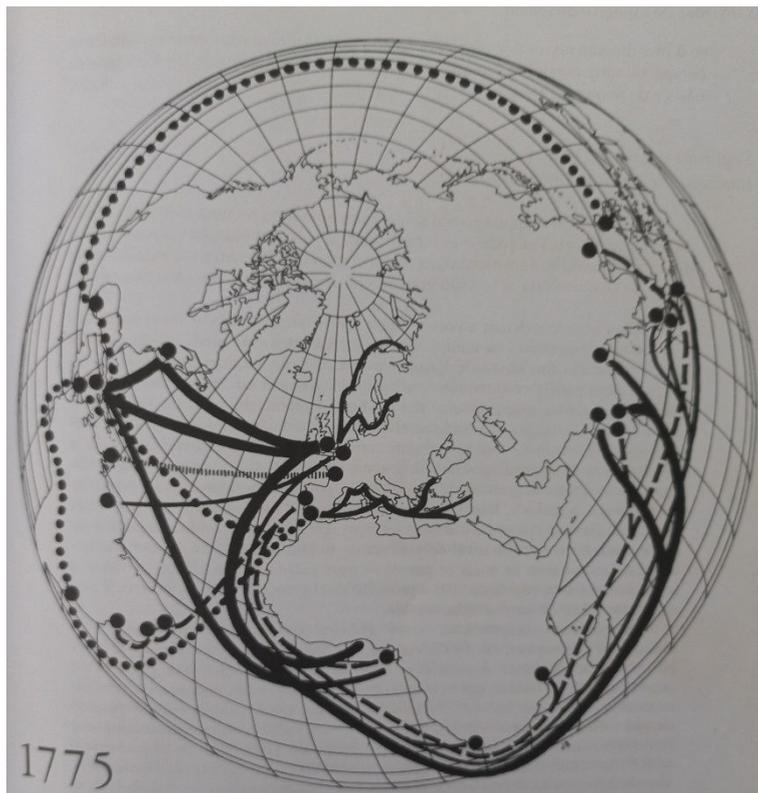
### Abstract

This paper is a brief reflection on some ideological aspects of the modern world-system based on the contributions of Althusserian structuralism, Immanuel Wallerstein's thought and Fernand Braudel's structural history. It also deals with ideological aspects of the peripheral/semi-peripheral economies.

**Key words:** Ideology; World-system; Ideological apparatuses.



\* **GLAUBER LOPES XAVIER** é Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás. Realizou estágio pós doutoral no PPGSS de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Professor Adjunto da Universidade Estadual de Goiás, atuando no PPGSS em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado, TECCER.



### **Sobre os aparelhos ideológicos interestatais**

O objetivo deste texto é o de problematizar a noção althusseriana de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) e transpor esta noção para o campo das relações interestatais no mundo contemporâneo. Para tanto, o esforço analítico centrará especialmente na importância das instituições supraestatais. No aspecto teórico, as principais bases de apoio serão, além das próprias contribuições de Althusser, a teoria do sistema-mundo de Immanuel Wallerstein.

Parece haver uma rica possibilidade de estudo do moderno sistema mundial com base na interação entre a estrutura social e a longa duração enquanto perspectiva de análise da história. Repousaria na estrutura todo um aparato institucional, erigido ao longo dos séculos, destinado à garantia da paz ou pelo menos de relações interestatais o mais harmônicas possíveis e, ao mesmo tempo, a longa duração seria o invólucro dessa estrutura, abarcando

suas determinações mais estáveis e, por isso mesmo, mais perenes.

É difícil imaginar sociedades, povos, sem ideologias. (WOLF, 2005). As ideologias e suas variadas formas de manifestação operam um papel inquestionavelmente fundamental nas relações internacionais, especialmente pela inexistência de algo que esteja investido de mais poder do que os Estados nacionais. O princípio da soberania seria, em tese, um limite às ações por parte daqueles países dotados de maior poder militar, econômico e político no sistema mundial. (TILLY, 1996).

Daí a relevância da ideologia em salvaguardar o sistema interestatal moderno e, quando necessário, justificar possíveis intervenções que, nele, se realizem em nome de determinados interesses. Nos parece bastante adequada uma análise que tome por base a história estrutural de Fernand Braudel (2009), o estruturalismo crítico de Louis Althusser (2008), assim como as contribuições

advindas da teoria do sistema-mundo de Immanuel Wallerstein (2005). Reconhece-se, no entanto, que a última derivou, pelo menos em parte, da história estrutural produzida pela escola dos *Annales*.

As relações interestatais encarnam a intersecção entre variadas formações econômico-sociais. É tão complexo quanto necessário o arcabouço jurídico-político-institucional que assegure o equilíbrio do sistema mundial contemporâneo. Ele demanda sofisticados aparelhos ideológicos, os quais poderiam, à guisa de conceitualização, serem assim denominados: Aparelhos Ideológicos Interestatais (AII), entendendo que tais aparelhos engendram relações de poder que demarcam o modo pelo qual funciona uma ordem global conformada por relações interestatais.

O que se segue é o passo que vai do ‘em-si’ ao ‘para-si’, para a ideologia em sua alteridade externalização, momento sintetizado pela noção althusseriana de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) que apontam a existência material da ideologia nas práticas, rituais e instituições ideológicas. (ZIZEK, 1996, p. 20).

A leitura de ideologia a partir de Zizek suscita uma série de questões, dentre elas a impossibilidade de fuga da ideologia e, portanto, a necessidade, para seu estudo, de se considerar algum elemento primordial a partir do qual toda a realidade social se constituiria. Tal elemento, como a luta de classes, desvela a própria cisão que ocorre no interior do real na medida em que implode com as ideologias que sustentam as relações de poder entre as classes sociais no cerne dos modos de produção. Zizek aponta, ainda, para a relevância do Estado na concepção althusseriana, ou seja, toda ideologia deveria ser pensada a partir de seus

tentáculos, ao contrário da concepção foucaultiana que privilegia os micropoderes, exercidos para além das macroinstituições.

No trabalho em tela há uma nítida filiação ao estruturalismo althusseriano. Importa compreender, contudo, que o sistema interestatal seria uma ideologia em segundo grau tendo em conta que a própria existência do Estado implica na existência de diversificadas formas de operação das ideologias e seus respectivos aparelhos. Todavia, a ausência de uma esfera acima dos Estados implica no reconhecimento de que algo está ausente e diante desta ausência estaria presente uma ideologia suprema: a soberania dos Estados nacionais.

Não é fortuito que os conflitos interestatais quando eclodem em guerras resultam no apelo às causas ou razões também, por sua vez, mistificadoras e/ou ideológicas: etnia, nação, religião, tradição, valores comuns. Estas causas ou razões encerrariam qualquer questionamento da legitimidade do conflito ainda que sejam mistificadoras, afinal “não há ideologia que não se afirme distinguindo-se de outra ‘mera ideologia’”. (ZIZEK, 1996, p. 25). Elas tendem a ser muito mais eficazes do que o contrário, a exemplo da dificuldade que as nações tem em intervir em outras nações diante da prática de genocídio. O cinismo da retórica é tamanho que Adorno (1995, pp. 40-41) fez a seguinte sátira:

Um dia, talvez haja negociações na assembleia das Nações Unidas para determinar se alguma nova atrocidade enquadra-se na categoria de genocídio, se as nações têm o direito de intervir, um direito que de qualquer modo elas não querem exercer, e se diante da dificuldade imprevista de empregá-lo na prática, todo o conceito de genocídio não deveria ser eliminado dos estatutos.

Logo depois, haverá manchetes nas páginas internas, em jargão jornalístico: Programa de genocídio do Turquestão Oriental quase completo.

Os AII forneceriam suporte aos interesses econômicos, culturais e políticos de alguns países e de seus aliados, recorrendo, para tanto, ao apoio de instituições localizadas “fora” dos próprios Estados, ainda que de alguma maneira a eles vinculadas, tais como organizações não governamentais, *think tanks*, igrejas, empresas e bancos. Considere-se, ademais, o arcabouço institucional erigido no pós-segunda guerra mundial, o qual reconhecemos como fundamental para a demarcação de poder por parte, principalmente, dos Estados Unidos.

Desse arcabouço fazem parte o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). Inegavelmente tais organismos e acordos destinaram-se à conformação de um arranjo interestatal e supraestatal de poder, dotando o sistema-mundo de regras e pactuações indispensáveis ao projeto de hegemonia perseguido pelos EUA.

Conforme elucidado por Wallerstein (2005, 2007), esse projeto de poder consistiu a um só tempo na produção de uma realidade material e na edificação de um programa epistemológico. O segundo – diga-se de passagem – foi fundamental na empreitada europeia de colonização e de demarcação de seu domínio territorial, o qual fora, também, cultural e ideológico. Atesta a relevância contemporaneamente exercida por ele o papel a que se prestam os conhecimentos engendrados no âmbito da ciência econômica, mas também aqueles

oriundos do campo das chamadas ciências humanas.

Por meio destes conhecimentos deu-se fundamental reverberação de alguns ideais intrínsecos aos projetos de modernização e de desenvolvimento das sociedades periféricas. Ainda que as ideias e as ideologias tenham sofrido alterações ao sabor das circunstâncias, entende-se que na esteira dos estudos promovidos com base na análise de sistemas-mundo, tais elaborações vinculam-se à longa duração (*longue durée*).

Com efeito, independentemente da formação econômico-social, a propriedade privada, um dos pilares do modo de produção capitalista - senão o de maior importância - tem perdurado desde por volta do século XVI. Ela não foi abolida, com exceção, é claro, das experiências comunistas. Nos demais casos, sua importância estrutural ultrapassou as crises e ainda que tenha encontrado opositores, não ruiu.

Pelo contrário, foi compatibilizada por algumas concessões, como a partilha da renda nacional, e criação de alguns direitos que contemplassem as demandas das camadas sociais desprivilegiadas. Ao mesmo tempo, garantiu para si a edificação de um aparelho estatal, cuja tarefa coercitiva e cujos instrumentos promotores de coesão social tornaram-se indispensáveis à medida em que estreitava a relação de interdependência entre o capital e o poder, entre o dinheiro e as armas (ARRIGHI, 1996).

Em termos científicos, a propriedade privada – a sua existência propriamente dita – foi assegurada em dois campos: primeiro, no direito moderno, cujos códigos tornaram-na uma garantia primordial; segundo, na economia política, cuja prática científica teve por resultado a autonomização da esfera do

mercado. Esta vinculação entre a superestrutura e a infraestrutura é um aspecto crucial na explicação dos sistemas sociais de produção.

No cerne do pensamento marxista, propriedade privada e divisão do trabalho dão origem às ideologias que passam a sustentar o modo de produção capitalista. Com base nesses elementos torna-se possível a exploração do trabalho alienado e o Estado, por sua vez, é dotado de um caráter singular em nome dos interesses burgueses. “A existência do Estado como um corpo estranho, que submete a sociedade ao seu controle, impondo a sua ordem, é um sintoma da alienação, do estranhamento [...]” (KONDER, 2002, p. 31).

Depreende-se que o modo de produção capitalista possui em seu substrato um ordenamento jurídico orientado aos valores e interesses burgueses. Com isto, todo o aparato legal do Estado se presta à reprodução da sociedade capitalista, garantindo essencialmente a divisão das classes sociais e o modelo de produção e acumulação de valores de troca, isto é, de mercadorias. “A distorção ideológica derivaria, assim, da fragmentação da comunidade humana, do fato de os homens não atuarem juntos [...] Os seres humanos não podem se reconhecer coletivamente, de maneira imediata, no que fazem.” (KONDER, 2002, p. 41).

### **Sobre a periferia/semiperiferia e a ideologia do “progresso”**

A teoria da dependência, forjada com base na experiência do subdesenvolvimento compartilhado pelas economias periféricas, visou compreender o modelo ou padrão de acumulação que vicejava em seus territórios. Buscou apreender formações econômico-sociais bastante peculiares e que não comportavam os traços constitutivos das economias centrais, mas

que participavam da produção global de valor, seja por meio da remessa de bens primários, seja pela apropriação, por parte do capital estrangeiro, do valor produzido pela força de trabalho nestas economias. (MARINI, 2000; DOS SANTOS, 2015).

A condição estrutural de dependência daqueles países que faziam parte do então chamado terceiro mundo teve como característica a submissão político-ideológica aos países do então chamado primeiro mundo. Especialmente no caso latino-americano, um importante canal de imposição de valores e disseminação de práticas em matéria de política econômica foram os empréstimos concedidos por fundos internacionais, mormente pelo Fundo Monetário Internacional ao longo da década de 1980, circunstância histórica marcada pelo profundo endividamento das economias periféricas. (BORON, 2002).

Outro canal talvez mais sutil de propagação da ideologia ocidental tenha sido a tecnologia, cujas inovações experimentadas nas últimas décadas alteraram substancialmente os métodos de produção, estabelecendo uma nova divisão social e sexual do trabalho, e/ou modificaram as relações sociais cotidianas. Em ambos os casos a ciência, investida de poder, transportou para a periferia um modo de organização das pessoas e das coisas e com base nos quais fomentou-se estilos de sociedades tipificadas como modernas. Grosso modo, emergiram as denominadas “sociedades burocráticas de consumo dirigido” nos dizeres de Henri Lefebvre (1968).

É importante observar que como o conceito de ideologia comporta várias definições, a própria compreensão de que a ciência, em sua instrumentalização, reverbera determinada ideologia assume um sentido distinto da concepção original do conceito segundo Marx. Não é

propósito desse trabalho, mas tal compreensão da ideologia teve como desdobramento, por um lado, na sociologia do conhecimento, sendo Mannheim um importante nome, bem como a Escola de Frankfurt em sua crítica da razão instrumental. (KONDER, 2002).

Com a chamada democratização ou massificação do consumo se deu, também, o aumento vertiginoso dos fluxos de pessoas em todo o mundo. Se por um lado o capital demandou contingentes populacionais em determinadas partes do globo, por outro, as imigrações clandestinas e a prática do racismo e da xenofobia desnudaram a incompatibilidade entre os desígnios da acumulação de capital e sua expressão social numa escala planetária, provocando uma polarização que é, segundo Wallerstein (2007), ao mesmo tempo política, social e cultural.

O movimento contraditório que ocorre entre a circulação das mercadorias e o drama humanitário global contemporâneo expressa o funcionamento disruptivo da acumulação de capital, cujas crises são reflexos da relação assimétrica entre distintas formações sociais, portanto entre suas respectivas forças produtivas e suas relações sociais de produção. Com efeito, segundo Wallerstein (2001, p. 68): “o racismo foi o modo como vários segmentos da força de trabalho foram obrigados a se relacionar uns com os outros no interior de uma mesma estrutura econômica.”

O fracionamento espacial da produção, as forças de atração e repulsão de trabalhadores e os distintos padrões de acumulação correspondem à determinada dinâmica de produção mundial de valor, sendo que as relações interestatais consistem em última instância na repartição e apropriação da mais-valia global. Eis a principal contribuição da teoria marxista da dependência: a

explicação fornecida para o fenômeno do imperialismo com base na transferência de valor.

A partir do século XIX e com a maior integração dos mercados, a economia internacional assumirá definitivamente o liberalismo como prática comercial. Destinado sobretudo aos países “atrasados”, essa doutrina político-econômica será a salvaguarda ideológica da hegemonia britânica, a qual teria engendrado, segundo Gallagher e Robinson (1953), uma espécie de “imperialismo de livre comércio”.

Como se sabe, a vigência da doutrina liberal com seus princípios de livre iniciativa, livre comércio e mercado autorregulado sucumbirá no limiar do século XX. Cabe reconhecer, contudo, que já no último quartel do século XIX tais premissas haviam sido contestadas pelas práticas protecionistas e a formação de grandes monopólios em países que tardiamente lograram o desenvolvimento de seus respectivos capitalismos, como a Alemanha e o Japão.

É, contudo, apenas no contexto do pós-segunda guerra mundial que os países periféricos tomarão para si a árdua tarefa de promoção do progresso, leia-se: construção de suas bases industriais e acelerada urbanização. Passa a ter vigência a inabalável “ideologia do progresso”, em parte propalada pelas burguesias nacionais, em parte preconizada pela política externa norteamericana a fim de popularizar as supostas maravilhas do capitalismo e concomitantemente disseminar uma inesgotável propaganda anticomunista.

A obra “The stages of economic growth”, de Walt Rostow, publicada em 1959 pode ser considerada um manifesto-síntese da “ideologia do progresso” destinada aos países subdesenvolvidos. Reúne as etapas que, a rigor, deveriam ser trilhadas para

que fosse alcançada uma sociedade de consumo de massa. Trata-se de uma concepção evolucionista acerca dos processos históricos, desprezando para tanto qualquer abordagem crítica em relação aos rumos do modo de produção.

No tocante ao sistema interestatal moderno, os seus pilares ideológicos remetem inicialmente à paz de Westfália, de 1648, por meio da qual se deu a emergência do sistema de Estados europeus. Remetem, ainda, ao Tratado de Viena, de 1815, o qual selou o domínio britânico face às pretensões geopolíticas da França sob Napoleão. E, finalmente, a constituição da ordem pós-revolução de 1848, marcada pelo centrismo liberal; esta que, segundo Wallerstein, tratou-se da geocultura dominante do sistema mundial até 1968 quando irromperam movimentos revolucionários em várias partes do globo.

É curioso observar, contudo, que mesmo sob a vigência de alguns traços do ideário liberal e os apelos ao livre comércio, por exemplo, sempre voltam à baila o nacionalismo e a defesa de políticas de proteção às indústrias nacionais. Robinson (1979) tinha bastante razão ao afirmar que a natureza da Economia deve ser buscada no nacionalismo. É fruto do processo dialético da acumulação a defesa, ora das iniciativas locais, ora dos esforços globalizantes. Esse aparente paradoxo apenas manifesta a permanente colisão de interesses de determinados grupos sem impingir, no entanto, qualquer ameaça ao sistema interestatal.

### **Os AII e o moderno sistema-mundo**

É no comércio, na liberdade de seu emprego, que o sistema interestatal moderno encontrará seu porto seguro. Ao comércio será vinculada a paz e a civilização dos costumes. Ele fornecerá o substrato ideológico do progresso, mas também as próprias inovações

tecnológicas direcionadas à indústria. À prática comercial será atribuída a suavidade na conduta dos indivíduos e assim o mercado governará os homens e não o contrário. Em “Sobre a reprodução”, à propósito da ideologia, Althusser (2008, p. 208) registra duas notações cruciais: 1. Toda prática existe por meio de e sob uma ideologia; 2. Toda ideologia existe pelo sujeito e para os sujeitos.

Com base nestas notações, podemos afirmar que: a) há uma ideologia do modo de produção capitalista, esta ideologia é regida pelo chamado mercado. b) como decorrência da primeira afirmação, as leis de mercado é que explicam o funcionamento da sociedade capitalista e elas encontram, na ciência econômica, o veículo de suas ideologias travestidas de ideias científicas.

Podemos apresentar a conjunção entre estrutura e prática, fornecendo, para efeitos comparativos, dois exemplos que ilustram sociedades distintas, uma considerada primitiva e outra complexa. Tomaremos de empréstimo a exposição que o antropólogo Claude Lévi-Strauss, importante nome do estruturalismo, fez dos povos da Melanésia. Ao abordar a “razão econômica” investida na elasticidade do rendimento da produção agrícola destes povos, Lévi-Strauss (2017) registrou que a produção em abundância se destinava às exibições de prestígio e trocas cerimoniais.

Em lado oposto, e contrariando qualquer princípio de bom senso e de humanidade, sabe-se que durante a grave crise de 1929 uma das medidas tomadas a fim de conter a queda dos preços de alguns produtos, a exemplo do café brasileiro, consistiu na queima de estoques. Tal medida tratou-se de um expediente que, embora adequado às leis de mercado, subvertia integralmente a necessidade coletiva por alimento.

No primeiro caso, o que dita as regras da conduta social são as carências coletivas e os dispositivos da cultura. No segundo, as práticas são subjugadas às expectativas por lucros e qualquer pendor coletivista ou humanitário é problema da benfazeja ação do filantropo ou, quando sob grave crise social, dos departamentos de assistência pública dos governos. Ademais de tal feito, no segundo caso, tanto para a decisão econômica tomada, quanto para a solução da miséria que dela advém, quando não há tentativa de minorá-la, recorre-se à determinados agrupamentos de conhecimento a que se atribuem o estatuto de ciências. E, assim, a trama ideológica está completa e, com ela, o circuito de reprodução das relações sociais de produção da sociedade capitalista.

A aparente não-ideológica teoria econômica sobre a qual versam os modelos econômicos dos liberais, uma vez que desprovidas de qualquer argumentação política e calcadas na ação do indivíduo – ou melhor, do agente – torna-se pedra de toque da ideologia de mercado, fundamentada no auto interesse, de onde se extrai sua extraordinária importância e sua generalização nas economias capitalistas da segunda metade do século XX.

É em termos de curvas com base em propensões tendendo ao *equilíbrio geral* que tais modelos são desenhados e é em nome deles que os últimos laços de solidariedade social são desatados, desestruturando formas comunitárias de vida. É claro que estas mudanças se deram no decurso de praticamente quatro séculos, conforme mostra Polanyi (2000), até que emergisse o capitalismo industrial moderno e se desse a completa conversão da natureza e dos homens em mercadorias.

Difícilmente a ciência encontraria alibi melhor para suas motivações, dado que as

motivações dos agentes são convertidas em pontos da curva e quaisquer desvios são, no devido prazo, perfeitamente ajustáveis. Nestes termos, a matemática, ao lado da verdade e do progresso, encarnaria o terceiro fantasma que assombra a economia e faria regozijar, dos Estados Unidos à África do Sul, da China ao Uruguai, os apologetas do mercado (HAGGE, 1995).

O centro difusor destas ideias, pretensamente verdadeiras e, por isso, salvaguardas para o progresso, foram os Estados Unidos, com o que acabaram se convertendo em modelo mundial de política e sociedade, pelo menos assim pretenderam desde que assumiram a condição de maior economia do globo. Visaram, com isto, impor suas regras em matéria de ciência, de cultura e de organização política, o que tem se dado não apenas por meios violentos, mas principalmente por mecanismos ideológicos bastante sofisticados. É preciso compreender que “na verdade, a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada.” (MÉSZÁROS, 2014, p. 65).

Tomemos a ciência dedicada ao estudo da economia-mundo, a chamada economia internacional. Não por acaso os manuais trazem, na sessão dedicada às teorias do comércio internacional, o famoso modelo ricardiano das vantagens comparativas e seus não menos reconhecidos *trade-offs*. Nos manuais tudo se passa como se àquilo que determinado país produz, como produz, e para quem produz, fosse reflexo de uma decisão racional dos agentes, visando promover o uso mais eficiente dos recursos dada uma certa dotação de fatores.

À exceção da abordagem dada pela economia política internacional, frequentemente estudada nos cursos de

relações internacionais, a dimensão do poder é absolutamente desconsiderada, dando lugar às dimensões geográfica e populacional. Uma teoria do comércio internacional é pouco aderente à realidade se vazia dos aspectos geopolíticos que envolvem as relações interestatais. Porém, bastante útil se o seu objetivo é inculcar que as coisas devam ser como são e não diferentes.

Quanto a isso os manuais cumprem bem o seu papel e as grandes editoras que os produzem são apenas uma etapa de um processo bem mais amplo e complexo, cujo limite é a reprodução de um paradigma do conhecimento e, no bojo dessa reprodução de conhecimento, a reprodução das relações sociais de produção numa escala mundial. Tais editoras e as universidades, as parcerias internacionais que promovem, intercambiando ideias, modelos, categorias e conceitos, fomentam – também - os AII e suas políticas.

Deve-se reconhecer, contudo, que, especialmente no campo das ciências sociais e das humanidades, não raro as Universidades tem sido palco de resistências, o que tem se dado tanto a partir da elaboração e difusão de um conhecimento crítico quanto por meio do seu imbricamento à sociedade civil, fomentando debates e contribuindo com movimentos sociais ligados às mais diversas pautas.

No que concernem as ideias defendidas no interior dos AII, elas podem oscilar conforme os ventos da economia-mundo e as circunstâncias políticas. Assim, a exemplo das *think tanks*, existem aquelas que disseminam o ideário liberal numa perspectiva mais integracionista, enquanto outras advogam o nacionalismo e o livre mercado, como a *The Heritage Foundation*, a qual tem destacado papel nos EUA desde os anos Reagan. Além das *think tanks*, grandes instituições

filantrópicas, como a Fundação Ford e a Fundação Rockefeller, promovem, desde o início do século XX, projetos nas áreas de saúde pública, cultura, arte e educação em vários países subdesenvolvidos.

Com os investimentos, o comércio e as finanças também afluem as ideias e suas ideologias, o modelo americano de organização social e sua economia de mercado, a benevolência filantrópica e as estratégias geopolíticas e geoculturais do assim chamado centro hegemônico senão que “la economía del mundo capitalista necesita de los estados, necesita del sistema interestatal y necesita de la aparición periódica de poderes hegemónicos” (WALLERSTEIN, 2005, p. 85). Nos dizeres de Joan Robinson, uma antimarxista insuspeita, e conforme o contexto de sua obra: “É verdade que a economia internacional tem mostrado, nos tempos atuais, uma grande quantidade de benevolência, mas ela é sempre justificada na base de um interesse nacional” (ROBINSON, 1979, p. 106).

### **A ideologia do sistema-mundo contemporâneo**

O fato é que os interesses nacionais das economias centrais prevalecem diante dos interesses das economias periféricas e semiperiféricas, cujos Estados-nacionais não são providos da mesma capacidade financeira e militar, padecendo daquilo que Jaime Osório nominou de “subsoberania”. Com isto, não existe tal coisa como a luta por soberania por parte das classes dominantes nestes países, considerando que a subsoberania é produto da forma heterógena que o capitalismo assume no sistema-mundo. Exatamente por essa razão, a revolução torna-se uma necessidade permanente no Estado dependente (OSÓRIO, 2020).

Tal revolução, ou pelo menos seus princípios, teriam que ser cuidadosa e

estrategicamente engendrados, comportariam a adoção de uma unidisciplinaridade<sup>1</sup> enquanto modo de conhecimento, e seria orientada segundo os movimentos anti-sistêmicos. Faria contraposição às formas ideológicas assumidas pelo neoliberalismo, especialmente nos países periféricos e semiperiféricos. Alguns acontecimentos que se deram no início do século XXI e tiveram lugar nestes países apontaram alguma reorientação política.

Em alguns casos, como na Venezuela e na Bolívia, isto se deu com maior ímpeto, ensejando maior atuação do Estado em setores econômicos estratégicos. Noutros, como no Brasil e na Argentina, essa reorientação apenas colocou um relativo freio nas reformas neoliberais, sem, no entanto, promover rupturas com as políticas econômicas desenhadas desde o chamado Consenso de Washington. Em todos eles, contudo, os ventos da globalização se mostraram com menor vigor e socialmente contestáveis por uma série de lutas advindas especialmente de grupos sociais historicamente alijados de direitos.

Tal movimento parece tratar-se de um sintoma do esgotamento dos fundamentos ideológicos do sistema-mundo contemporâneo, pelo menos daqueles que constituem suas bases hegemônicas. Com ele também emerge com toda força o conservadorismo e, em determinados casos, agremiações políticas com traços fascistas. Com efeito, a ascensão econômica da China, mas também da Índia, o arrefecimento do poder norte-americano, a crise da União Europeia e as insurgências populares nos países árabes, inevitavelmente serão acompanhados

pelo rearranjo político-institucional desse sistema.

Isto significa que está aberta a via para uma novo sistema-mundo. Será ele marcado pela hegemonia chinesa, a qual seria sucedânea das três hegemonias do capitalismo histórico (Países Baixos, Inglaterra e Estados Unidos) segundo Arrighi (1996)? Em todo caso, e a despeito das dificuldades, é bastante válida a missiva de Wallerstein (2005, p. 122): “Pero nos ofrecen, individual y colectivamente, la posibilidad de la creación, o al menos de contribuir a la creación de algo que pueda satisfacer más plenamente nuestras posibilidades colectivas”.

Até aqui o que visualizamos é a inequívoca derrocada do poder norte-americano, as graves consequências da crise econômica de 2008, o paulatino poder econômico e político da China, cujos gastos militares têm sido crescentes, ademais da preeminência de debates públicos em variadas partes do globo em torno de questões candentes de nossa época, tais como a crise climática, a destruição dos recursos naturais numa velocidade sem precedentes e a emancipação de grupos sociais minoritários. Somem-se a estas pautas o debate, não menos relevante, sobre o racismo na sociedade norte-americana e a grave crise migratória nos países europeus.

Tais questões, podemos inferir, tem conformado o arcabouço ideológico do sistema-mundo contemporâneo, ditando, em alguma medida, os rumos da geopolítica, das empresas e dos governos. De algum modo, os AII têm assimilado e propugnado as pautas do meio ambiente, dos direitos humanos, dentre outras, mais

distinguir a las diferentes disciplinas, y que por el contrario, todo el trabajo debería ser considerado parte de una única disciplina, a veces denominada ciencias sociales históricas.”

<sup>1</sup> Segundo Wallerstein (2005, p. 138-139): “La unidisciplinariedad hace referencia a la creencia de que por lo menos en las ciencias sociales no existen hoy suficientes motivos *intelectuales* para

com o propósito de escamotear sua ofensiva sobre os trabalhadores e os recursos naturais em países periféricos do que propriamente garantirem a sua defesa. Tratando-se de pautas universais, ao menos no plano das aparências, daí o seu caráter fundamentalmente ideológico e altamente necessário às burguesias tanto dos países ricos quanto dos países pobres ou, eufemisticamente/ideologicamente, daqueles em vias de desenvolvimento.

#### Referências

ADORNO, T. Mensagens numa garrafa. In: Theodor Adorno [et. al.]. Slavoj Zizek (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ALTHUSSER, L. **Sobre a reprodução**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

BORON, A. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2002.

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. O tempo do mundo**. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009. Volume 3.

DOS SANTOS, Theotonio. **Teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Obras escolhidas, Vol. 1. Florianópolis: Insular, 2015.

GALLAGHER, J.; ROBINSON, R. The imperialism of free trade. **The Economic History Review**, New Series, Vol. 6, No. 1, p. 1-15, 1953.

HAGGE, W. **A agonia de Athena: razão x história no pensamento econômico clássico**. 1995. 324 f. Tese (Doutorado). Instituto de Economia Industrial. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

KONDER, L. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LEFEBVRE, H. **La vie quotidienne dans le monde moderne**. Paris: Gallimard, 1968.

LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural dois**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

MARINI, R. M. O ciclo do capital na economia dependente. In: Ferreira, C; Osório, J; Luce, M. (orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 21-35.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Organização de Emir Sader. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

OSÓRIO, J. Sobre o Estado, o poder político e o Estado dependente. In: Santos, R; Villarreal, M; Pítillo, J. C. **América Latina na encruzilhada: lawfare, golpes e luta de classes**. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2020. p. 38-65.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

ROBINSON, J. **Filosofia econômica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

ROSTOW, W. **Etapas do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

TILLY, C. **Coerção, capital e estados europeus**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

WALLERSTEIN, I. **O universalismo europeu: a retórica do poder**. São Paulo: Boitempo, 2007.

WALLERSTEIN, I. **Análisis de sistemas-mundo: una introducción**. México: Siglo XXI, 2005.

WALLERSTEIN, I. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WOLF, E. **A Europa e os povos sem história**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

ZIZEK, Slavoj. O espectro da ideologia. In: Theodor Adorno [et. al.]. Slavoj Zizek (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

Recebido em 2021-10-05  
Publicado em 2022-07-01